



224

## DASHBOARDS: TECNOLOGIA EM FAVOR DA TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RPPS

Mestre/MSc. Antônio Vinícius Ferreira [ORCID iD](#)<sup>1,2</sup>, Mestre/MSc. Augusta da Rocha Ferraz<sup>1,2</sup>,  
Doutor/Ph.D. Danilo Soares Monte-Mor [ORCID iD](#)<sup>1</sup>, Doutor/Ph.D. Felipe Storch Damasceno [ORCID iD](#)<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Fucape Business School, Vitória, Espírito Santo, Brazil. <sup>2</sup>Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, Brazil

**Mestre/MSc. Antônio Vinícius Ferreira**

[0000-0001-9571-8784](#)

**Programa de Pós-Graduação/Course**

Doutorado Profissional em Ciências Contábeis

**Mestre/MSc. Augusta da Rocha Ferraz**

**Programa de Pós-Graduação/Course**

Doutorado Profissional em Ciências Contábeis

**Doutor/Ph.D. Danilo Soares Monte-Mor**

[0000-0002-5677-5804](#)

**Programa de Pós-Graduação/Course**

Doutorado Profissional em Ciências Contábeis

**Doutor/Ph.D. Felipe Storch Damasceno**

[0000-0002-7046-0040](#)

**Programa de Pós-Graduação/Course**

Doutorado Profissional em Ciências Contábeis

### Resumo/Abstract

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) são um importante componente do sistema previdenciário brasileiro, administrando cerca de R\$ 270 bilhões e atendendo quase 8 milhões de beneficiários. Apesar disso, ainda não atendem ao estado da arte no que se refere à Governança Corporativa, principalmente nos quesitos de transparência e comunicação com os interessados, apesar da disponibilização de novas ferramentas que possibilitam o desenvolvimento de soluções para melhorar esses quesitos. Este trabalho procura discutir essas novas ferramentas, como estas podem servir para a melhoria da transparência dos RPPS e oferece um breve exemplo de utilização.

### Modalidade/Type

Artigo Tecnológico / Technological Paper

### Área Temática/Research Area

Contabilidade Financeira e Finanças (CFF) / Financial Accounting and Finance

**XVI**  
**CONGRESSO**  
**ANPCONT**



**Foz do Iguaçu - PR**  
03 a 06 de Dezembro 2022  
**EVENTO PRESENCIAL**

**DASHBOARDS: TECNOLOGIA EM FAVOR DA TRANSPARÊNCIA NA  
GESTÃO DOS RPPS**



## RESUMO

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) são um importante componente do sistema previdenciário brasileiro, administrando cerca de R\$ 270 bilhões e atendendo quase 8 milhões de beneficiários. Apesar disso, ainda não atendem ao estado da arte no que se refere à Governança Corporativa, principalmente nos quesitos de transparência e comunicação com os interessados, apesar da disponibilização de novas ferramentas que possibilitam o desenvolvimento de soluções para melhorar esses quesitos. Este trabalho procura discutir essas novas ferramentas, como estas podem servir para a melhoria da transparência dos RPPS e oferece um breve exemplo de utilização.

**Palavras-chave:** RPPS, dashboard, governança corporativa, previdência social, transparência.

## ABSTRACT

The Proper Social Previdenciary Regimen (RPPS, in Portuguese) are an important component of the Brazilian Previdenciary System, managing R\$ 270 billion and serving almost 8 million beneficiaries. But even with these numbers, these entities still do not observe the state-of-the-art practices regarding Corporate Governance, especially the aspects referring to transparency and communication with stakeholders, although new tools that make the development of solutions to this problem possible are being made available. This paper takes on the discussion of these tools, how can they be used to improve the transparency and communication of RPPS and offers a small practical example.

**Keywords:** RPPS, dashboard, corporate governance, social security, transparency



## 1. INTRODUÇÃO

Estruturas públicas de fundo de pensão e seguridade social são um tema importante de estudo por serem reconhecidas como tendo grande implicação social e econômica. Este reconhecimento vem de dois grandes papéis que estes fundos desempenham na economia: Assegurar os melhores investimentos para prover a renda de aposentadoria e ter, também, grande influência na economia pelo seu efeito em alocação intergeracional e taxas futuras. (Hess, Impavido, 2003; Da Silveira, 2013).

Entretanto, nos últimos anos tem-se visto acontecer, no âmbito do setor de setor previdenciário brasileiro, fraudes e casos de corrupção diversos, nos regimes públicos e privados. A má gestão dos fundos, em geral, foi motivo de instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Fundos de Pensão, em 2015, com o objetivo de apurar acusações de má aplicação de recursos, que teriam sido aplicados em renda variável de alto risco, causando um déficit da ordem de R\$ 5 bilhões ao Postalís, fundo de pensão dos Correios. (Souza, 2015). Neste sentido, também houve investigações em 2020, e 29 acusados, inclusive o atual Secretário Especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, viraram réus na operação Greenfield da Polícia Federal (Brito, Ayres, 2020). A operação Encilhamento, desdobramento da Operação Papel Fantasma, investiga fraudes em investimentos de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com desvios por volta de R\$ 1,3 bilhões, em 13 fundos de investimento (MPS, 2018).

Neste contexto, a literatura acadêmica indica que a aplicação das práticas de governança corporativa podem ser freios para a prática de corrupção em empresas e organizações. A transparência e o *disclosure* das informações dos RPPS são fundamentais para a fiscalização, por parte de interessados, das práticas de gestão e investimentos das RPPS. Porém, os dados disponibilizados atualmente não reportam para as partes relacionadas uma análise quantitativa holística das operações de governança e decisões de investimento e carteira dos RPPS. Neste sentido, este trabalho se propõe a identificar as práticas de governança e as carteiras de investimento dos maiores fundos RPPS do Brasil, identificando as formas de *disclosure* das informações, e utilizando-as como *benchmark* para a proposição de um painel de indicadores (Dashboard) que faça uma análise geral de todas as práticas de governança, em como as performances de todas as carteiras, identificando o comportamento dos RPPS e mostrar possíveis comportamentos anômalos.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) se estruturam em organizações, denominadas de “Institutos de Previdência” que são criadas para gerir as aposentadorias dos servidores públicos. O Brasil possui 2.111 RPPS (dos quais a região nordeste possui 525), que são responsáveis pela gestão de 270 bilhões de reais de cerca de 8 milhões de segurados, entre servidores, aposentados e pensionistas (Cadprev, 2018).

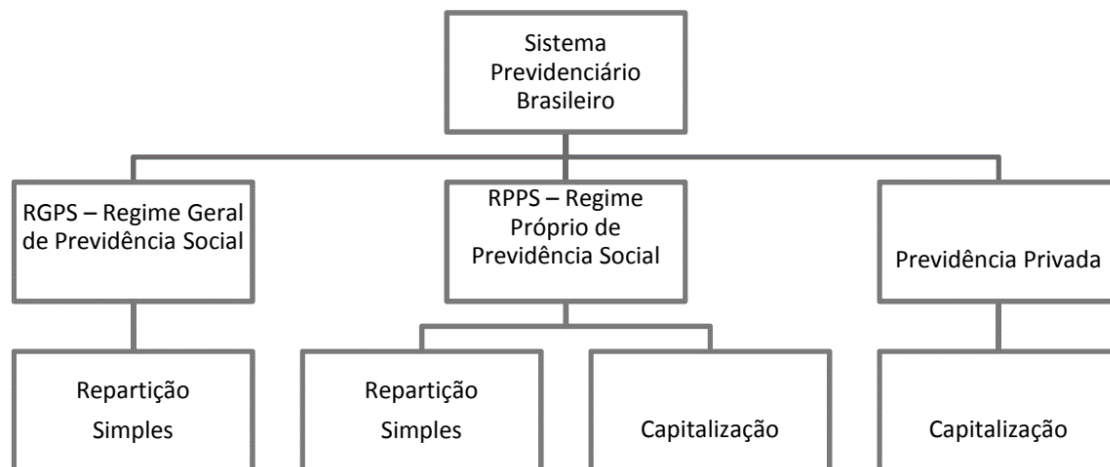
Diante da quantidade de recursos e do número de beneficiários que fazem parte do RPPS, evidencia-se a importância do controle e monitoramento nessas entidades, de forma a evitar conflitos de interesses entre os envolvidos.

No Brasil, o sistema previdenciário está apoiado em duas entidades, sendo elas a previdência social pública, que é a básica, para todos os cidadãos, e a previdência privada, complementar. O sistema público por sua vez, está dividido em outros dois regimes: O RGPS e o RPPS. Enquanto o RGPS se aplica aos trabalhadores do setor privado, o RPPS é o regime instituído para os servidores públicos efetivos (Da Silveira, 2013). A Figura 1, indica a repartição do sistema previdenciário Brasileiro.

Este trabalho está principalmente interessado no entendimento das práticas recorrentes de governança corporativa no âmbito do RPPS, devido a dimensão que ocupa e importância para a economia nacional. De acordo com Da Silveira (2013), o funcionamento de um RPPS não é complexo, pois apesar de variantes entre países e indústrias, o mecanismo básico é o de que “empregados e patrocinadores efetuam contribuições periódicas para um fundo cujo patrimônio é alocado entre as diferentes classes de ativos reais e financeiros no mercado”.

**Figura 1**

*Organização do Sistema Previdenciário Brasileiro*



Nota. Fonte: Machado (2010)

## 2.2. RISCOS POLÍTICOS EM FUNDOS DE PENSÃO

No que tange os fundos públicos de pensão, há um forte teor de influência política. Esta influência pode se dar por exemplo, com base nos objetivos políticos dos partidos dos chamados *trustees*, de ao invés de utilizar as boas práticas de análise de investimento, risco e retorno, baseiam-se em objetivos eleitorais para investir em empresas e empregos locais, ou então em forma de legislações que visam facilitar a realização de certos investimentos que estão alinhados com objetivos políticos em detrimento da continuidade e solvência do fundo. (Hess & Impavido, 2003).





A governança corporativa é definida de diferentes formas por diferentes pesquisadores (Zingales, 1998; Shleifer & Vishny, 1997; Gillan, 2006), porém, em termos gerais, se trata de um sistema de regras, leis, estruturas e fatores que fazem a intermediação entre as partes interessadas e seus interesses para com a empresa. Apesar de a governança corporativa ser fundamental para a alocação ótima dos recursos das empresas em geral, não existe um conjunto de princípios de governança que possam ser aplicados em todos os fundos públicos de forma geral (Carmichael & Palacios, 2004). Apesar desta lacuna, os autores listam riscos para partes interessadas decorrentes do envolvimento do setor público nas operações, estes riscos são:

Falha do governo em cumprir suas promessas de renda de aposentadoria; Uso (ou uso indevido) dos fundos dos contribuintes pelo governo para cumprir objetivos de política social que não sejam os objetivos de renda de aposentadoria; Desempenho insuficiente do fundo devido ao uso dos fundos dos contribuintes para empréstimos direcionados ou como uma fonte cativa de financiamento para o governo; Perda de fundos devido a corrupção ou má administração. Nem todos esses riscos se aplicam igualmente a todas as formas de planos públicos de previdência. (Carmichael & Palacios, 2004).

### 2.3. GOVERNANÇA CORPORATIVA EM FUNDOS DE PENSÃO

Clark e Urwin (2006), em trabalho seminal, propõem um framework que indicam modelos e melhores práticas de governança corporativa para fundos de pensão. Os autores também indicam três arranjos de governança, e as principais melhores práticas a depender destes arranjos. Razanov (2015), em um *survey*, apresenta as melhores práticas de governança e a experiência internacional dos países em fundos de pensão públicos. Os principais fatores encontrados foram: clareza da missão e total comprometimento das partes interessadas; prestação de contas e de responsabilidades de forma clara; quantidade adequada de sistemas de governança; força e eficácia da liderança do fundo; meritocracia como base para o critério de seleção do conselho; mecanismos de remuneração eficientes; filosofia de investimento enraizada em uma cultura forte; perfil de risco alinhado para financiar metas; sistemas de TI para tomada de decisão que funcionam em tempo real; uso efetivo de gerentes externos; cultura com foco em aprendizado, mudança e inovação (Razanov, 2015)

Chen (2018) destaca que o framework do fundo de pensão nos permite examinar sistematicamente as decisões nos sistemas previdenciários. Segundo o autor, embora haja uma diversidade de fundos de pensão, os resultados geralmente apoiam a estrutura do sistema em dois aspectos: (a) existem várias dimensões da condição financeira de um governo, e cada uma tem diferentes impactos nas decisões tomadas nos sistemas de pensões que o governo patrocina; (b) as decisões nos sistemas de pensões são conjuntamente influenciadas pela condição financeira do governo patrocinador e pelas legislaturas e sindicatos.

Gouveia (2017) apresenta uma análise da estrutura de governança e atuação de conselhos dos RPPS municipais no estado de Minas Gerais. Os resultados encontrados indicam que “a maioria dos RPPS não possui site próprio ou quando o tem, está



desatualizado”, indicando uma falha por parte dessas entidades com o princípio da transparência, além da “ausência de instância de deliberação colegiada”, que, segundo a autora, fere o princípio da equidade ao não garantir a participação de representantes dos servidores.

## 2.4 ANÁLISE TÉCNICA DOS DADOS DE GOVERNANÇA E CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

### 2.4.1. Pró-gestão RPPS

Os RPPS apresentam, sob a perspectiva financeira e de governança, oportunidades de melhoria visando garantir, de maneira equilibrada, a prestação de seus objetivos de maneira adequada.

Com isso, o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social foi instituído através da Portaria MPS nº 185/2015, e depois alterada pela Portaria MF nº 577/2017, tendo como objetivos o desenvolvimento e implementação das boas práticas de gestão dentro dos RPPS, por meio de ações que compõem os três pilares do Programa: Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

O programa possui um Manual, procurando ser um norteador para a melhoria da gestão dos RPPS, auxiliando gestores e toda sua equipe, que aderirem ao programa de maneira facultativa, no alcance de melhores práticas de desempenho dos regimes.

### 2.4.2 Governança sob a dimensão do Pró-Gestão

A governança corporativa representa uma série de práticas, normas e políticas aplicadas a uma organização, com a finalidade de proporcionar boas práticas de gestão, garantindo os interesses de todos interessados que com ele se relacionam, seja interna e externamente, ampliando a confiabilidade de seus fornecedores e parceiros. Como princípios fundamentais relacionados à governança corporativa estão a transparência, equidade, *accountability* e responsabilidade.

A busca por melhoria da governança nos RPPS prima por assegurar o alcance do seu objetivo institucional, que é a preservação dos direitos dos segurados, a proteção dos interesses do ente federativo instituidor, com gestão do patrimônio em equilíbrio, bem como a conformidade dentro das normas legais estabelecidas pelos órgãos de reguladores.

Os princípios de Governança Corporativa voltados aos RPPS, podem ser assim explicados, conforme Manual do Pró-Gestão:

a) **Transparência:** Meios adequados e eficientes de divulgação das informações relevantes para as partes interessadas, além daquelas impostas por leis ou regulamentos.

A transparência proporciona confiança, tanto internamente quanto nas relações da organização com terceiros.

b) **Equidade:** Tratamento justo e isonômico entre os segurados interessados (servidores ativos, aposentados e pensionistas), o ente federativo e os demais agentes internos ou externos com os quais se relaciona, como: servidores da unidade gestora, prestadores de serviços, agentes financeiros, sociedade em geral e órgãos de supervisão, orientação e fiscalização.

c) **Prestação de contas:** Os agentes de governança (administradores, gestores, conselheiros) devem ser responsabilizados pelos seus atos e omissões. A organização deve criar mecanismos para que os membros dos órgãos administrativos ou representativos tenham como rotina prestar contas dos atos administrativos a seus controladores ou representados.

d) **Responsabilidade corporativa:** Zelar para que os recursos dos RPPS não sejam alocados a outros fins que não aqueles definidos em lei. Também denota a adoção de um conjunto de iniciativas que revelam preocupações sociais e ambientais, abrangendo desde ações para melhoria da qualidade de vida dos colaboradores até cooperação com ações sociais, mitigação de impactos ambientais, dentre outras.

Com o objetivo de detalhar cada uma das ações e requisitos voltados para Dimensão Governança Corporativa nos RPPS, o Manual do Pró-Gestão RPPS elaborou uma tabela (aprovada em 20/12/2021):

**Quadro 1**

*Ações para enquadramento no programa Pró-Gestão RPPS*

<b>Ações e Requisitos</b>	<b>Nível I</b>	<b>Nível II</b>	<b>Nível III</b>	<b>Nível IV</b>
<b>Relatório de Governança Corporativa</b>				
Elaboração e publicação de relatório, com conteúdo mínimo variável por Nível.	Anual	Anual	Semestral	
<b>Planejamento</b>				
Plano de Ação Anual, com metas por área.	Gestão de ativos e passivos	Todas as áreas	Todas as áreas	Todas as áreas
Planejamento Estratégico para o período de 5 anos.	Comparativo 3 últimos exercícios	Comparativo 3 últimos exercícios	Com revisão anual	Com revisão anual, vínculo ao Plano Orçamentário e ao Plano Plurianual – PPA
<b>Relatório de Gestão Atuarial</b>				



Elaboração do Relatório de Gestão Atuarial.	Comparativo 3 últimos exercícios	Comparativo 3 últimos exercícios	Comparativo 3 últimos exercícios e estudo técnico de aderência	Comparativo 3 últimos exercícios, estudo técnico de aderência e Plano de Trabalho Atuarial
<b>Código de Ética</b>				
<b>Ações e Requisitos</b>	<b>Nível I</b>	<b>Nível II</b>	<b>Nível III</b>	<b>Nível IV</b>
Conhecimento pelos servidores, conselheiros e membros dos Comitês, fornecedores e prestadores de serviço.	X	X	X	X
Elaboração do Código de Ética da unidade gestora do RPPS			X	X
Promover ações de capacitação com servidores, segurados, conselheiros e membros dos comitês.			X	X
Apresentar relatório de ocorrências tratadas no âmbito de Comitê de Ética, indicando necessidades de eventuais revisões e atualizações				X
<b>Ações e Requisitos</b>	<b>Nível I</b>	<b>Nível II</b>	<b>Nível III</b>	<b>Nível IV</b>
<b>Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor e Revisão de Aposentadoria por Incapacidade</b>				
Ações isoladas em saúde do servidor e revisão dos benefícios de aposentadoria por incapacidade permanente	X	X	X	X
Ações preparatórias em saúde do servidor.			X	X
Serviço de perícia oficial em saúde na unidade gestora ou no ente federativo, com equipe multiprofissional e interdisciplinar.				X
<b>Política de Investimentos</b>				
Elaboração de relatórios mensais e anuais de investimentos	X	X	X	X
Cronograma mensal das atividades e relatórios semestrais de diligências		X	X	X
Utilização de metodologia que demonstre a compatibilidade do passivo com o ativo, principalmente do ALM.		X (RPPS com mais de R\$ 50 milhões)	X	X
Criação de área específica para acompanhamento dos riscos				X
<b>Comitê de Investimentos</b>				

Membros vinculados ao ente federativo ou ao RPPS.	3	3	5	5, sendo a maioria segurados do RPPS
<b>Transparência</b>				
Acórdãos das decisões do Tribunal de Contas sobre as contas anuais do RPPS e o Parecer Prévio das contas de governo, caso o Órgão de Controle Externo emita dos dois	X	X	X	X
Atas dos órgãos colegiados na Internet.	X	X	X	X
Avaliação atuarial anual.	X	X	X	X
Certidões negativas de tributos.	X	X	X	X
Código de ética.	X	X	X	X
Cronograma das ações de educação previdenciária.	X	X	X	X
Cronograma de reuniões dos conselhos deliberativo e fiscal e comitê na Internet.	X	X	X	X
Demonstrações financeiras e contábeis: a divulgação das demonstrações deverá ser realizada por meio da Internet	Trimestral	Trimestral	Trimestral	Mensal
Informações concernentes a procedimentos licitatórios e contratos administrativos.	X	X	X	X
Link para acesso ao CADPREV, para consulta aos demonstrativos obrigatórios e extrato do CRP.	X	X	X	X
Planejamento estratégico.			X	X
Plano de ação anual.	X	X		
Política de investimentos.	X	X	X	X
Políticas e relatórios de controle interno.	Semestral	Semestral	Trimestral	Trimestral
Regimento interno dos órgãos colegiados.	X	X	X	X
Relação entidades credenciadas investimentos.	X	X	X	X
Relatório de avaliação do passivo judicial.			X	X
Relatórios mensais e anual de investimentos.	X	X	X	X
<b>Definição de Limites de Alçadas</b>				
<b>Ações e Requisitos</b>	<b>Nível I</b>	<b>Nível II</b>	<b>Nível III</b>	<b>Nível IV</b>
Assinatura de 2 (dois)	X	X		

responsáveis nos atos de investimentos.				
Assinatura de 2 (dois) responsáveis nos atos de gestão de ativos e passivos e atos que envolvam concessão de benefícios, contratações e dispêndios de recursos, conforme limites definidos em ato normativo da unidade gestora do RPPS.			X	X
Elaboração e divulgação de Relatório de Exceção.				X
<b>Segregação das Atividades</b>				
Segregação das atividades de habilitação e concessão de benefícios daquelas de implantação, manutenção e pagamento de benefícios	X	X	X	X
Segregação das atividades de investimentos das administrativo-financeiras.			X	X
<b>Ouvidoria</b>				
Canal no site.	X	X	X	X
01 servidor no ente ou RPPS na função de Ouvidor.		X		
01 servidor efetivo no ente ou RPPS na função de Ouvidor			X	
01 servidor efetivo no RPPS na função de Ouvidor com certificação.				X
<b>Diretoria Executiva</b>				
Formação em nível superior, comprovação relativos aos antecedentes pessoais e experiência de, no mínimo, 2 (dois) anos.	X	X	X	X
Pelo menos 1 (um) membro segurado do RPPS.		X	X	X
Formação superior ou especialização em área compatível			X	X
<b>Ações e Requisitos</b>	<b>Nível I</b>	<b>Nível II</b>	<b>Nível III</b>	<b>Nível IV</b>
<b>Conselho Fiscal</b>				
Comprovação relativa aos antecedentes pessoais.	X	X	X	X
Representação dos segurados.	Mínimo 1 (um) representante	Mínimo 1 (um) representante	Paritária	Paritária
Formação em nível superior.			Maioria	Todos

Presidência exercida por representante dos seguros por voto de qualidade,			X	X
Elaboração, publicação e controle sobre a efetivação de plano de trabalho anual, estabelecendo os procedimentos, o cronograma de reuniões, o escopo a ser trabalhado e os resultados obtidos			X	X
Elaboração de relatório de controle interno que sintetize os trabalhos realizados e apresente as considerações que subsidiaram o Conselho Fiscal a apresentar seu parecer ao relatório de prestação de contas, no qual devem constar os itens ressaltados com as motivações, recomendações para melhoria e áreas analisadas.			X	X
Todos com formação em nível superior.				X
<b>Conselho Deliberativo</b>				
Comprovação relativa aos antecedentes pessoais.	X	X	X	X
Representação dos segurados.	Mínimo 1 (um) representante	Mínimo 1 (um) representante	Paritária	Paritária
Formação em nível superior dos membros.			Maioria	Todos
Presidência exercida por representante do ente federativo, com voto de qualidade			X	X
Elaboração, publicação e controle sobre a efetivação de plano de trabalho anual, estabelecendo os procedimentos, o cronograma de reuniões, o escopo a ser trabalhado e os resultados obtidos			X	X
Elaboração de relatório de prestação de contas, com a síntese dos trabalhos realizados e demais considerações sobre suas atividades.			X	X
Todos com formação em nível superior.				X
<b>Ações e Requisitos</b>	<b>Nível I</b>	<b>Nível II</b>	<b>Nível III</b>	<b>Nível IV</b>
<b>Mandato, Representação e Recondução</b>				
Definição em norma legal dos procedimentos de composição da Diretoria Executiva e dos Conselhos	X	X	X	X

Mandato dos membros dos Conselhos, preferencialmente, com no mínimo 1 (um) e máximo 4 (quatro) anos, sendo de 4 (quatro) anos.	X	X	X	X
Definição de mandato para a Diretoria Executiva.			X	X
Diretoria Executiva submetida a contrato de gestão.				X
<b>Gestão de Pessoas</b>				
No mínimo 1 (um) servidor efetivo com dedicação exclusiva à unidade gestora do RPPS, ainda que cedido.	X			
Possuir quadro próprio de servidores, ocupado por servidores efetivos (pelo menos 01), comissionados ou cedidos.		X		
Possuir quadro próprio de servidores da unidade gestora do RPPS, composto ao menos com 50% de servidores efetivos.			X	X
Quadro de pessoal com, no mínimo, 1 (um) servidor atuário que desempenhe atribuições relacionadas à gestão atuarial do RPPS ou RPPS que possua um contrato de prestação continuada cujo objeto seja de assessoria atuarial e 1 (um) servidor com dedicação exclusiva na área de investimentos				X

Nota. Fonte: Manual do Programa Pró-Gestão RPPS. Adaptado pelos autores

O modelo não é compulsório, o que dificulta o acompanhamento das informações por diferentes órgãos reguladores e prestadores de serviço. Desta gera-se a oportunidade de analisar de maneira detalhada o comportamento de cada RPPS.

### 2.4.3. A prática da governança – Contexto geral e específico

No panorama geral, os dados de classificação do Pró Gestão indicam que as RPPS com melhor performance, do perfil atuarial IV, se enquadram nas regiões Sul e Sudeste, majoritariamente, com duas RPPS nível IV no Centro-Oeste, sendo que não há esta categoria nas regiões Norte e Nordeste.



**Tabela 1**

*Distribuição Geográfica dos RPPS por perfil Atuarial*

Perfil Atuarial	Região					Total
	CO	N	NE	S	SE	
I	107	30	300	56	162	<b>655</b>
II	107	24	98	141	162	<b>532</b>
III	42	22	16	280	139	<b>499</b>
IV	2	0	0	11	6	<b>19</b>
<b>Total</b>	<b>258</b>	<b>76</b>	<b>414</b>	<b>488</b>	<b>469</b>	<b>1705</b>

Nota. Fonte: CADPREV. Adaptado pelos Autores.

A tabela 2 indica a análise dos critérios para classificação do RPPS para os 5 maiores RPPS municipais, levando em consideração a quantidade de segurados ativos – Limeira (930 mil segurados), São Paulo (120 mil segurados), Rio de Janeiro (90 mil segurados), Belo Horizonte (31 mil segurados) e Goiânia (30 mil segurados). Para estes 5 grandes fundos, indica-se que a melhor performance de critérios é o de Belo Horizonte, com 90% dos critérios atendidos, enquanto São Paulo, com 73% dos critérios com regularidade, está na 5º colocação.

**Tabela 2**

*Classificação dos critérios RPPS para os 5 maiores RPPS municipais*

Critérios	Belo Horizonte	Goiânia	Limeira	Rio de Janeiro	São Paulo	Total
Acesso dos segurados às informações do regime	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	100%
Adoção do plano de contas e dos procedimentos contábeis aplicados ao setor público	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	100%
Aplicações financeiras de acordo com Resolução do CMN - previsão legal	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	100%
Aplicações Financeiras Resol. CMN - Adequação DAIR e Política Investimentos - Decisão Administrativa	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	100%
Atendimento ao Auditor Fiscal em auditoria direta no prazo	Regular	Dec Jud	Regular	Dec Jud	Regular	60%
Atendimento ao MPS em auditoria indireta no prazo	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	100%
Caráter contributivo (Ente e Ativos - Alíquotas)	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	100%
Caráter contributivo (Inativos e Pensionistas- Alíquotas)	Regular	Regular	Regular	Dec Jud	Regular	80%
Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa	Regular	Dec Jud	Regular	Regular	Regular	80%
Cobertura exclusiva a servidores efetivos	Regular	Regular	Regular	Regular	Dec Jud	80%
Concessão de benefícios não distintos do RGPS - previsão legal	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	100%
Contas bancárias distintas para os recursos previdenciários	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	100%
Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN - Consistência	Regular	Regular	Irregular	Regular	Regular	80%

Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN - Encaminhamento à SPPS	Regular	Regular	Regular	Regular	Dec Jud	80%
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Consistência	Regular	Regular	Irregular	Regular	Dec Jud	60%
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Encaminhamento a partir de 2017	Irregular	Dec Jud	Irregular	Dec Jud	Dec Jud	0%
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Consistência e Caráter Contributivo	Regular	Dec Jud	Regular	Dec Jud	Regular	60%
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Encaminhamento à SPPS	Regular	Dec Jud	Regular	Dec Jud	Regular	60%
Encaminhamento da legislação à SPS	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	100%
Envio das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	100%
Equilíbrio Financeiro e Atuarial - Encaminhamento NTA, DRAA e resultados das análises	Irregular	Dec Jud	Irregular	Dec Jud	Dec Jud	0%
Escrituração Contábil - Consistência das Informações - Decisão Administrativa	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	100%
Existência de colegiado ou instância de decisão em que seja garantida a participação dos segurados	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	100%
Inclusão de parcelas remuneratórias temporárias nos benefícios	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	100%
Observância dos limites de contribuição do ente	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	100%
Observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas	Irregular	Dec Jud	Irregular	Dec Jud	Regular	20%
Regras de concessão, cálculo e reajustamento de benefícios	Regular	Regular	Regular	Dec Jud	Regular	80%
Unidade gestora e regime próprio únicos	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	100%
Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	100%
Utilização dos recursos previdenciários - Previsão legal	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	100%
<b>TOTAL</b>	<b>90%</b>	<b>77%</b>	<b>83%</b>	<b>73%</b>	<b>83%</b>	

Nota. Fonte: CADPREV. Adaptado pelos autores.

Em relação ao percentual de cumprimento dos critérios definidos, indica-se dificuldades por parte dos maiores fundos de se adequarem aos critérios de Demonstrações das Aplicações de Investimentos enviados a partir de 2017, Equilíbrio Financeiro, no qual nenhum dos 5 fundos teve regularidade; e Observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas, em que apenas São Paulo obteve regularidade. No panorama geral, estes indicadores são os que tem menor nível de regularidade, indicando a dificuldade dos RPPS, de forma geral, de se adequarem a estes itens.

## 2.5 PROPOSTA PARA MELHORIA DE ACOMPANHAMENTO E SOLUÇÃO

Diante dos critérios expostos pelo programa Pró-Gestão e da lacuna existente entre a não integração das diferentes bases de dados (Pró-Gestão e ISP), visando gerar

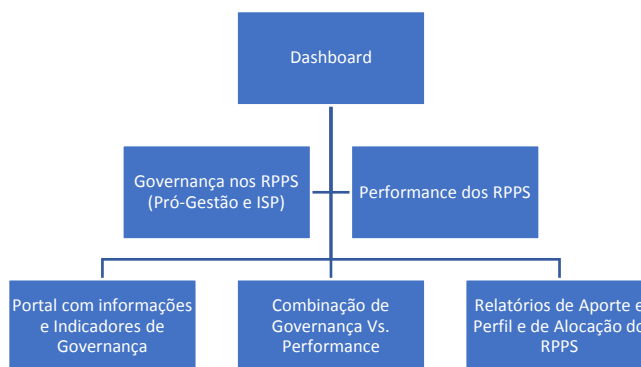
não só para os reguladores, mas também pelos participantes dos Regimes Próprios, indicadores, de fácil entendimento, sobre a real situação do RPPS.

Portanto o trabalho se propõe e aprimorar a forma de divulgação relacionado a governança dos RPPS e sua performance. O modelo de dashboard, além de dinâmico e interativo, buscar ser de fácil acesso para os interessados, em especial os participantes, tendo em vista que é de fundamental importância que eles saibam as reais condições em que se encontram seus RPPS.

A proposta aborda os seguintes pontos, conforme figura:

### Figura 2

*Estrutura do Dashboard, produto tecnológico proposto*



Nota. Fonte: Elaboração Própria

## 3. DASHBOARD

### 3.1 – Motivação

Apesar de existirem resultados na literatura nacional que investigam a governança corporativa dos RPPS, ainda não existe um serviço que apresente de maneira satisfatória o produto consolidado de tais informações, mesmo que haja o portal do CADPREV que agrega as informações dos RPPS inseridos no Pró-Gestão, disponibilizando os diversos demonstrativos contábeis que esses fundos devem submeter à avaliação, ficando a cargo do usuário a construção dos indicadores de interesse, de certa forma indo de encontro ao princípio da Transparência, consagrado nas boas práticas de Governança. Ainda há o portal Indicador de Situação Previdenciária (ISP), que traz a pontuação de diversos indicadores, sem permitir comparações entre entidades ou com *benchmarks* do mercado, ao mesmo tempo que não detalha a construção do indicador, nem permite a construção de séries temporais destes.

As boas práticas de governança corporativa são essenciais para alinhar os interesses de gestores e “donos” dos RPPS, ou em termos mais técnicos, entre o agente e o principal. Neste sentido, como já reportado na literatura, e encontrado e discutido no decorrer deste projeto. Espera-se que estas práticas de governança influenciem



positivamente nas escolhas de investimentos. (Ambachtsheer et al, 1998; Ambachtsheer & Ezra, 1998; Ambachtsheer et al, 2007; Useem & Mitchell, 2000; Besley & Prat, 2003; Yang & Mitchell, 2005; Tan et al., 2017; Nawaz, 2019).

No caso dos RPPS, estas práticas e escolhas devem ser disponibilizadas para o público em geral, por se tratar de fundos públicos, e por auxiliar na tomada de decisão dos agentes econômicos. O Ministério da Fazenda, ao implementar o programa Pró-Gestão, dá um passo virtuoso nesta direção, por reportar a situação dos fundos de pensão em vários aspectos. Porém, existe uma lacuna profunda no reporte, pois não há uma análise consolidada das decisões de investimento destes fundos de pensão. Por isso, este projeto é apresentado, para sanar esta necessidade e auxiliar as partes interessadas a fazer uma análise holística e completa dos RPPS brasileiros. A proposta inicial é buscar a integração, por meio de dashboard, dos principais Regimes Próprios do Brasil e depois avançar, contemplando todos os RPPS.

### 3.2 – Dados – Origem, Formato e Disponibilidade

Os Institutos de Previdência são os responsáveis pelo envio das declarações constantes na “Instrução de Procedimentos Contábeis nº 14” (IPC-14), que orienta as entidades de previdência própria, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Este normativo orienta as entidades RPPS quanto à produção e padronização das demonstrações contábeis segundo as normas da própria STN, quanto normas de outros entes estatais e de uso comum na contabilidade empresarial. Por atuarem no setor público, os RPPS são obrigados a seguir a Lei 4.320/1964, a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF) e às disposições enumeradas na NBC T16.6. Mesmo suas demonstrações ordinárias, como Balanço Patrimonial (BP), Demonstrações de Fluxo de Caixa (DFC) e outras devem seguir as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Como demonstrações exclusivas dos RPPS, encontramos aquelas destinadas a avaliar a situação atuarial, Demonstração do Resultado de Avaliação Atuarial (DRAA) e as Notas Técnicas Atuariais (NTA), a origem e detalhamento das contribuições e repasses recebidos, Demonstração de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR), e qual a aplicação e rentabilidade dos recursos, Demonstrativo da Aplicação e Investimento dos Recursos (DAIR) e Demonstrativo da Política de Investimento (DPIN). Estas estão disponíveis através do <https://cadprev.previdencia.gov.br>. Algumas, DRAA, DAIR e DIPR, além de outras informações, estão disponíveis através do <https://apicadprev.economia.gov.br>.

Além destas, o Painel Indicador de Situação Previdenciária do Ministério da Economia contém informações sobre a Gestão, número de Segurados, número de entes aderentes ao RPPS e outras. Está disponível em <https://painel-isp.economia.gov.br/extensions/painel-isp/painel-isp.html>, Infelizmente, esse serviço não possui uma interface do tipo API, o que tornaria acesso a usuários externos muito mais simplificado, como veremos a seguir.



### 3.3 – API

Uma Interface de Programação de Aplicações (*Application Programming Interface, em inglês*) ou API, é um conjunto de protocolos e definições que auxiliam na criação e integração de softwares de serviços. Com um API, um determinado serviço pode se comunicar com um serviço externo sem que o desenvolvedor deste último necessite saber como o serviço original foi implementado. Isso abre toda uma gama para o desenvolvimento de aplicações, gerando economia de tempo.

A API funciona como uma triagem de pedidos a um determinado servidor/base de dados, recebendo os formulários de requisição dos usuários (*request*) e retornando um resultado de acordo com a requisição. Se a API for disponibilizada ao público, desenvolvedores externos podem criar novos serviços. É esse o caso da API CADPREV, disponível em <https://apicadprev.economia.gov.br>. Além da API CADPREV, outras API's relativas a serviços e dados do Governo Federal estão disponíveis através da iniciativa Dados Abertos. Uma lista das API's disponíveis pode ser acessada em <https://www.gov.br/conecta/catalogo/>.

#### Figura 3

Funcionamento da Interface de Aplicação de Protocolo (API)



Nota. Fonte: Elaborado pelos Autores.

O problema que se segue é que apesar da disponibilidade dos dados e da existência de uma API operacional, o usuário comum não tem o conhecimento necessário para acessar os dados nesse formato. Apresenta-se então uma oportunidade de desenvolvimento de uma solução *web* ou móvel que agregue e apresente esses dados de forma mais dinâmica e com facilidade de uso pelo usuário médio interessado. É nesse contexto que oferecemos a solução do *Dashboard* via navegador web ou *app* móvel.

## 4. IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO DE DADOS VIA WEB - DASHBOARD

Como exposto anteriormente, apesar dos relatórios DAIR, DIPR e DRAA estarem disponíveis na API CADPREV, sua visualização não é de nenhum modo trivial para o usuário comum. Uma solução possível seria o desenvolvimento de uma aplicação *web* ou móvel que agregasse e exibisse os dados de forma interativa e de fácil utilização aos interessados.



Porém, mesmo com a facilidade que a disponibilização dos dados via API traz, muitos desses dados estão incompletos e necessitam conhecimento a respeito dos relatórios de contabilidade pública que são publicados. Tomemos como exemplo o retorno dado pela chamada ao endereço [https://apicadprev.economia.gov.br/DAIR\\_CARTEIRA?sg\\_uf=PI&no\\_ente=Teresina&dt\\_ano=2017](https://apicadprev.economia.gov.br/DAIR_CARTEIRA?sg_uf=PI&no_ente=Teresina&dt_ano=2017):

**Figura 4**

*Captura de tela de reposta à requisição ao API CADPREV*

nr_rppj_entidade	sg_uf	no_ente	dt_mes_bimestre	dt_ano	no_segmento	no_tipo_ativo	pc_cmh	id_ativo	no_fundo	qt_rpps	vl_atual_ativo	vl_total_atual	pc_rpps	vl_patrimonio	pc_patrimonio
64	06554869000164	PI	Teresina	12	2017	Renda Fixa	Títulos Tesouro Nacional	99.99							
66	06554869000164	PI	Teresina	12	2017	Renda Fixa	FI de Índices Referenciados em FI Subíndices Atívia	80							
67	06554869000164	PI	Teresina	12	2017	Renda Fixa	FI de Renda Fixa	30	13077415000105		BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA FLUXO FI EM COISAS DE FI	72341730661200000	1.8848115000	13630653.17	2.95
68	06554869000164	PI	Teresina	12	2017	Renda Fixa	FI 100% títulos TN	99.99	10740658000103		FI CAIXA BRASIL RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO	199668.1393610000	2.5178960000	502743.61	0.11
70	06554869000164	PI	Teresina	12	2017	Aplicações Vedadas em Resolução CMN									
76	06554869000164	PI	Teresina	12	2017	Renda Variável e Investimentos Estruturados	FI Ações Referenciadas	30							
79	06554869000164	PI	Teresina	12	2017	Renda Fixa	FI Renda Fixa "Crédito Privado"	5							
81	06554869000164	PI	Teresina	12	2017	Imóveis	Loja								
82	06554869000164	PI	Teresina	12	2017	Renda Fixa	FI em Direitos Creditórios - Fechado - Carta Subordinada	5							
83	06554869000164	PI	Teresina	12	2017	Disponibilidades Financeiras		3791 / 7638-4	1 Banco do Brasil S.A.	1.0000000000	0.0000000000	0.00	0.00		

Nota. Fonte: Elaborado pelos autores. Dados visualizados no RStudio.

É possível observar que há diversos campos sem valores inseridos e, portanto, seria difícil uma agregação da carteira por categorias. Como evidência, deixamos o fato que a porcentagem total dos itens que tinham tal célula preenchida (“pc\_patrimonio”, última coluna) para o mês de dezembro de 2017 do RPPS de Teresina totalizou 90,5%. Ou seja, 10% dos itens da carteira estão mal identificados. Este seria um desafio para a confecção de um dashboard que analisasse a composição das carteiras RPPS. Porém estas dificuldades fogem do escopo desse trabalho, que deseja mostrar a possibilidade de tal solução para melhorar a transparência e acesso da informação referente à gestão dos RPPS aos interessados.

Mas, apesar das dificuldades que serão encontradas devido à falta de padronização dos dados, fomos capazes de desenvolver, utilizando os recursos da API CADPREV um pequeno painel interativo, que mostra a legislação pertinente ao RPPS de um ente determinado pelo usuário. Sabemos que a utilidade prática de tal aplicação é reduzida, contudo o objetivo é mostrar a factibilidade do desenvolvimento de aplicações utilizando a API CADPREV.

Figura 5

Aplicação WEB utilizando API CADPREV – Visualização da Legislação referente ao RPPS de Campos dos Goytacazes, RJ.

Legislação RPPS por Ente

Legislação RPPS

Utilizar sigla do Estado (Em maiúscula) e Nome do Município com as iniciais em Maiúscula

UF	Ente	Tipo Legal	No. Dispositivo	Data Publicação	Ementa
RJ	Campos dos Goytacazes	LEI	8024	2008-07-02 03:00:00.000	altera redação da lei 7022.
RJ	Campos dos Goytacazes	LEI	8135	2009-12-17 02:00:00.000	ALTERA REDAÇÃO DA LEI 6786/99.
RJ	Campos dos Goytacazes	LEI	5.247	1991-12-16 02:00:00.000	Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários do Município.
RJ	Campos dos Goytacazes	LEI	6.786	1999-06-25 03:00:00.000	Cria o Instituto de Previdência dos Servidores do Município.

Showing 1 to 4 of 4 entries

Nota. Fonte: Elaborado pelos autores.

A aplicação está disponível para visualização em <https://shre.ink/9wT>.



## 5. CONCLUSÃO

A gestão dos fundos de pensão dos Regimes Próprios de Previdência (RPPS) é uma questão de alta relevância no cenário atual, pelo volume de recursos em carteira, pela quantidade de beneficiários que dependem e pelos servidores efetivos que virão a ser beneficiários. Além de ser necessária para a garantia da continuidade dos RPPS, o aumento da transparência e a adoção de princípios gerais de governança, pode impactar positivamente a forma como é executada a política de investimentos dos fundos RPPS.

A criação do programa Pró-Gestão RPPS, trouxe para o cenário dos RPPS a possibilidade da adoção de melhores práticas de gestão previdenciária que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Porém, o método de divulgação dos relatórios atuariais e contábeis ainda cria barreiras ao acesso dos interessados, visto que estes relatórios são agregados na plataforma CADPREV (<https://cadprev.previdencia.gov.br>), dado que muitos RPPS não possuem *website* ou aplicativo móvel disponível. No referido *site* é possível acessar os relatórios de um RPPS, individualmente.

Com esse problema em vista e na esteira do programa Dados Abertos do Governo Federal, que disponibiliza a API de diversas bases de dados, inclusive uma API CADPREV. A API é um conjunto de protocolos que permite acesso facilitado aos dados contidos em um servidor, utilizado para o desenvolvimento de aplicações *web* e móvel. Com essa ferramenta é possível desenvolver uma aplicação que facilite a visualização dos dados referentes à gestão, política de investimentos, desempenho da carteira, ingressos, desembolsos, legislação pertinente e rentabilidade. Neste trabalho oferecemos um exemplo de aplicação que visualiza a legislação referente à determinado RPPS, como provocação para o desenvolvimento de serviços que melhorem e agilizem a comunicação dos fatos relevantes dos RPPS aos usuários interessados. Esperamos que este trabalho possa ser um início na busca por melhores práticas de governança e transparência nos RPPS, tendo em vista sua importância.



## REFERÊNCIAS

Amman, M., & Zingg, A. (2008). *Performance and governance of Swiss pension funds*. *Journal of Pension Economics and Finance*, 9(01), 95. doi:10.1017/s1474747208003788

Ammann, M., & Ehmann, C. (2017). *Is Governance Related to Investment Performance and Asset Allocation? Empirical Evidence from Swiss Pension Funds*. *Swiss Journal of Economics and Statistics*, 153(3), 293-339.

Bhagat, S., & Bolton, B. (2008). *Corporate governance and firm performance*. *Journal of corporate finance*, 14(3), 257-273.

Bonazzi, Livia and Islam, Sardar M. N (2007) *Agency Theory and Corporate Governance: A Study of the Effectiveness of Board in their Monitoring of the CEO*. *Journal of Modelling in Management*, 2 (1). pp. 7-23. ISSN 1746-5664

Cadbury, A. (1992). *Report of the committee on the financial aspects of corporate governance* (Vol. 1). Gee.

Calazans, F. F., de Souza, M. V., Hirano, K. D., Caldeira, R. M., da Silva, M. D. L. P., Rocha, P. E. T., & Caetano, M. A. R. (2013). *A importância da unidade gestora nos regimes próprios de previdência social: análise da situação dos estados e do Distrito Federal*. *Revista de Administração Pública*, 47(2), 275-304.

Coleman, A. D. F., Esho, N., & Wong, M. (2006). *The impact of agency costs on the investment performance of Australian pension funds*. *Journal of Pension Economics and Finance*, 5(03), 299– 324. doi:10.1017/s1474747205002350

Chen, G. (2018). *Understanding decisions in state pension systems: A system framework*. *The American Review of Public Administration*, 48(3), 260-273.

Gouveia, A. G. P. (2017). *Estrutura de governança e atuação dos conselhos de administração dos RPPS de Minas Gerais*. Dissertação. Universidade Federal de Viçosa.

Nawaz, T. (2019). *Exploring the nexus between human capital, corporate governance and performance: Evidence from Islamic Banks*. *Journal of Business Ethics*, 157(2), 567-587. DOI: 10.1007/s10551-017-3694-0

Panda, B., & Leepsa, N. M. (2017). *Agency theory: Review of theory and evidence on problems and perspectives*. *Indian Journal of Corporate Governance*, 10(1), 74-95.